

Por Paulo Leão de Moura Jr.



Sempre que ocorre uma tragédia todos se aproveitam para usa-la em seus propósitos e interesses. Nós, brasileiros, temos ainda uma enorme dose emocional onde adoramos esmiuçar a tragédia, a dor, o horroroso sofrimento das pessoas vítimas de quaisquer desastres. Os noticiários da televisão são incansáveis em nos oferecer, em uma constância aterradora, os detalhes das tragédias humanas, na solicitação inútil de justiça (que justiça?). Nesse documentário diário e exaustivo da crueza das catástrofes temos inclusive aspectos de oportunismo, como o caso de envio de soldados israelenses - e embora reconhecendo a valiosa oferta - que tem gostinho amargo de uma balança entre a embaixada em Jerusalém e os frangos consumidos pelos árabes, pois nada a ver com a tragédia de Brumadinho.

O importante, no entanto, foi ler o artigo do Walter Polido “**O que podemos aprender com a tragédia de Brumadinho**” na Revista Apólice. Como sempre, excelente material e colocando as coisas no seu devido lugar pois demonstrando as falhas inerentes às barragens em geral, ao marco regulatório inadequado, à fiscalização inexistente ou superficial às situações de risco.

E, ainda, entender a total insignificância concedida ao dano ambiental e a imensa ignorância sobre as garantias de seguros e como funcionam no Brasil.

Embora pouco possa acrescentar ao artigo do professor Polido, atrevo-me a lembrar, como importante fator a ser considerado no aprendizado que devem ser Mariana e Brumadinho, a incompreensível falha do gerenciamento de risco de todos os participantes na análise desses riscos e a omissão das autoridades federais, estaduais e municipais.

• Como é possível que, no mínimo, esses fatores não tenham sido considerados:

\$1· - Como construir e manter um centro administrativo no sopé de uma barragem obsoleta construída em 1970?

\$1· - Como as autoridades permitem a construção de habitações e pousadas no sopé da barragem ou em regiões de risco?

\$1· - Como não analisar a implantação prévia de barreiras nas nascentes, canalizações e margens dos rios que impeçam a passagem da lama?

\$1· - Como não manter permanentemente ativos os alarmes por eventual risco de rompimento das barragens?

§1. - Como não manter análises constantes da condição do material contido e seu efeito no tipo de barragem, já considerada obsoleta, principalmente quanto à liquefação do material?

Enfim, tomo a liberdade de comentar estes pontos ciente que tanto as seguradoras quanto os corretores envolvidos têm imenso conhecimento das questões de gerenciamento e análise de risco e que o próprio segurado mantém um setor sobre o assunto reconhecido por sua excelência. Situação típica, tão bem ilustrada por Joelmir Beting de que “na prática, a teoria é outra”.

Infelizmente, após as catástrofes, todos embarcam na posição de realizadores: governo, políticos, empresários, todos querendo demonstrar que são atuantes e eficazes em solucionar o dano consumado. Só concluindo, desejo realmente, dar os meus parabéns e o entusiasmado reconhecimento da atuação dos bombeiros que, de forma despreziosa, trabalharam e trabalham com eficiência e eficácia na salvação e na remoção de pessoas e animais vitimados.

Será que aprendemos realmente com essas catástrofes ou tudo continuará na mesma?

São Paulo, 5 de fevereiro de 2019